



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04/07

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 26 DE
SETEMBRO DE 2007**

Aos 26 dias do mês de Setembro do ano de 2007, nesta Vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 20:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro.

Feita a chamada pela 1ª Secretária registaram-se as seguintes presenças:

Joaquim José Faria Pereira, Fernando Estêvão Nunes Borges Silva, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, Paulo Alexandre Gonçalves Vilhais de Sousa, Tiago Miguel Vacas Felgueira, Maria Manuel da Costa Maduro, Estêvão António das Neves Boieiro, Susana da Rosa Correia de Almeida, Jorge Manuel Pereira Giro, Ana Maria Pagaimo Rodrigues, Maria de Fátima Rodrigues de Jesus, Ana Paula Zeverino Gonçalves, António Joaquim Gomes Almeirim, Luís Guilherme Figueiredo Almas Rodrigues, João Carlos Simões Marques, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Francisco Vieira Pinheiro, Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares, António Manuel Amaral Pinto da Silva e José Luís Catalão.

Faltaram a esta sessão:

- Raquel Prazeres que justificou a falta por escrito, o que foi aceite por unanimidade. .
- Olívia Silva que também justificou a sua falta e foi aceite, tendo sido substituída por Raul dos Santos Duarte.

Na ausência de Olívia Silva, o Presidente da Assembleia Municipal propôs que Paula Pereira assumisse as funções de 2ª Secretária na Mesa, o que foi aceite por unanimidade.

Por parte do executivo camarário encontravam-se presentes o Presidente da Câmara e os vereadores António Luís Lucas Rodrigues, José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado e Rosália Maria Vila Cova Caetano Barbosa.

Faltaram: Os Vereadores José Dias Inocência e Arnaldo Matias Sena Teixeira por motivo considerado justificado.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

ACTA

Ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 18º do Regimento foi colocada à discussão a seguinte acta:

- Acta de 12 de Junho de 2007

Submetida à discussão e votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 1 abstenção de José Luís Catalão e 21 votos a favor.

Acta nº 04/07

Sessão de 07.09.26

José Luís Catalão fez declaração de voto, dizendo que se absteve porque não esteve presente na sessão.

De seguida o Presidente da Assembleia informou da distribuição na sessão da seguinte documentação:

- Informação sobre a actividade do Presidente da Assembleia (Doc 2);
- Informação escrita da correspondência recebida (Doc 3)

A Assembleia tomou conhecimento.

Ao abrigo da alínea e) ponto 2 do artigo 18º do Regimento usaram da palavra os seguintes membros:

- *Paula Zeverino:*

Informou ter tomado conhecimento através da comunicação social, de graves problemas no refeitório da Escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I. Em face das notícias questionou qual a responsabilidade da Câmara no assunto.

- *Susana Almeida:*

Informou não ter recebido ainda resposta ao requerimento apresentado em Novembro passado.

Ao abrigo da alínea f) do nº 2 do artigo 18º do Regimento usaram da palavra os seguintes membros:

- *Luís Rodrigues:*

Em nome do PS apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de João José Viana Ferreira Noronha.

Submetido à discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

- *Jorge Giro:*

Em nome da CDU apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de João José Viana Ferreira Noronha.

Submetido à discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

- *Isabel Trindade:*

Em nome da CDU apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Perfeito Dias Pereira.

Submetido à discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

- *Estêvão Boieiro:*

Em nome da CDU apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de João Batista Seixal Júnior.

Submetido à discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Por proposta do Presidente da Assembleia e relativamente aos Votos de Pesar anteriormente aprovados, foi cumprido um minuto de silêncio.

- *Isabel Trindade:*

Apresentou em nome da CDU, uma Moção de Solidariedade à Câmara Municipal de Alcochete sobre as “Dívidas da Administração Central ao Município de Alcochete”.

Colocada à discussão usaram da palavra:

- *Francisco Pinheiro:*

Em seu entender é triste a actuação dos sucessivos governos que têm passado, relativamente a Alcochete.

Os contratos-programa celebrados com os sucessivos governos, são para si, de má memória.

Considera os valores em causa demasiado altos e importantes, porque deixam de ser investimentos que a Câmara poderia utilizar na concretização de novas obras no concelho.

Chamou a atenção para o facto de os valores mencionados não incluírem o cálculo dos juros devidos.

Propôs ainda a inclusão de mais uma alínea à citada Moção com o seguinte texto: “alínea c) Dar conhecimento à população do concelho”. Esta inclusão foi aceite por unanimidade.

- *Mercês Borges:*

Perguntou qual o período a que reporta o atraso nos pagamentos, nomeadamente aos das alíneas a),b) c) e d).

- Presidente da Câmara:

Em síntese agradeceu à bancada da CDU a apresentação desta Moção de Solidariedade.

Salientou que estas dívidas são manifestamente injustas para com o Município que tem dificuldades económico-financeiras intrínsecas.

Esclareceu também, que a Câmara antes de apresentar a Moção em reunião de Câmara, tentou de várias formas solicitar os pagamentos, mas nada conseguiu.

Respondendo concretamente à questão levantada por Mercês Borges informou que no momento, na reunião, não lhe era possível indicar em que datas se foram vencendo as

Acta nº 04/07

Sessão de 07.09.26

dívidas, disponibilizando-lhe no entanto os documentos que tinha presentes para consulta.

Após estas intervenções, a Moção de Solidariedade foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- Presidente da Câmara:

Esclareceu o assunto relacionado com o pedido da Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Relativamente à questão do refeitório da Escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I, informou que visitou a pedido desta, há cerca de um mês, as instalações, tendo na verdade constatado o elevado grau de degradação em que as mesmas se encontram.

Esclareceu, contudo, que a gestão das escolas do 2º Ciclo é da competência exclusiva da Direcção Regional de Educação e do Ministério da Educação.

Disse ainda, ter conhecimento de que estas entidades conhecem o problema, mas que em resposta informam que não farão obras por falta de orçamento. Se necessário, contratarão uma firma para assegurar o fornecimento das refeições.

Lamentou, em nome da Câmara, toda esta situação, porque entende, serem as crianças quem fica a perder e muito.

- Vereador Paulo Machado:

Reforçou os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara e prestou informações sobre a problemática do polidesportivo da escola.

Após esta intervenção, o Presidente da Assembleia propôs um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

Após o intervalo foram retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Dada a distribuição prévia do documento, o mesmo não suscitou pedidos de esclarecimento.

Acta nº 04/07

Sessão de 07.09.26

O documento fica anexo a esta acta como Doc 3.

PONTO 2 – CRIAÇÃO DE TAXA DEVIDA PELO SERVIÇO DE REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA

Submetida à discussão a proposta remetida pela Câmara, usou da palavra:

- Presidente da Câmara:

Disse que este assunto, embora aparentemente inócuo, tem subjacente uma vertente política, porquanto ela é na prática uma descentralização de competências do Poder Central para as Câmaras, e são estas a ficar com o ónus e o esforço administrativo de proceder ao registo dos cidadãos.

Acrescentou ainda que, se este assunto não resultasse de uma imposição legal, a Câmara não aceitava esta descentralização de competências efectuada ao arrepio de qualquer consulta, quer através da ANMP, quer a cada um dos Municípios individualmente considerados.

Chamou a atenção para o ridículo valor das taxas que a Câmara irá arrecadar, dizendo que mais parecerem esmolas.

Submetida a proposta remetida pela Câmara à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO 3 . DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA EM SAMOUÇO PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL

Submetida a proposta remetida pela Câmara à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE PARTE DE PRÉDIO DOADO AO GRUPO DESPORTIVO ALCOCHETENSE PARA FIM NÃO DESPORTIVO

Submetida à discussão a proposta remetida pela Câmara, usou da palavra:

- Presidente da Câmara:

Informou que o Grupo Desportivo Alcochetense tem como objectivo requalificar o seu parque desportivo e na sequência, apresentou à Câmara um pedido de viabilidade para a realização de uma operação urbanística, a qual necessita do destaque de uma parcela de terreno da qual também é proprietário o grupo Desportivo Alcochetense.

Resumindo: O GDA deixa de ter pretensões urbanísticas no terreno do actual campo pelado, para passar a tê-las no terreno sito na Rua da Tacao.

Entende a Câmara que o sentido de prossecução do interesse público nesta operação está plenamente salvaguardado.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2008

Submetida à discussão usaram da palavra os seguintes membros:

- *Susana Almeida:*

Questionou qual o montante recebido até ao momento, proveniente das receitas do IMI.

- *Maria Mercês Borges:*

Perguntou onde irá a Câmara aplicar o aumento proveniente das receitas, uma vez que vai continuar a aplicar a taxa máxima.

- *Presidente da Câmara:*

Afirmou que o IMI é neste momento a receita mais importante e vital para o reequilíbrio financeiro da Câmara.

Disse ainda, que esta receita tem vindo a crescer sendo um pilar importante que permite fazer face às despesas correntes.

- *Presidente da Assembleia:*

Referiu que quando foi Presidente da Câmara esta receita, então “Contribuição Autárquica”, não tinha relevância, dado que a Câmara dependia muito mais da transferência da Administração Central. Defendeu que, o que é importante é a boa aplicação dos dinheiros públicos.

Colocada a proposta remetida pela Câmara à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Intervieram os seguintes membros:

- *Luís Rodrigues:*

Apresentou um protesto em nome do PS, relativo aos trabalhos de revisão do PDM o qual fica anexo a esta acta como Doc 4.

- *Presidente da Assembleia:*

Esclareceu e informou também ter ficado surpreendido com a realização do evento, pelo que assim sendo, nada escondeu aos membros da Assembleia .

Em seu entender tal deve-se, provavelmente, a um lapso, esperando contudo, que o mesmo não se repita em futuras apresentações públicas ou reuniões.

Acta nº 04/07

Sessão de 07.09.26

- Presidente da Câmara:

Considerou absolutamente lamentável que os deputados do PS se demitam do debate político e público relativo às propostas apresentadas em Assembleia Municipal pela Câmara Municipal e se refugiem nas Declarações de Voto.

Em sua opinião, ao contrário do que apregoam, não estão a dignificar as pessoas que neles votaram.

Relativamente a este caso em concreto, lamentou as insinuações do PS e entende que esta Câmara Municipal merece de todos os munícipes e deputados da Assembleia toda a consideração, se não do ponto de vista político, pelo menos do ponto de vista pessoal.

Afirmou que são pessoas sérias, honestas, que trabalham com verdadeiro espírito de missão relativamente à população do concelho.

- Vereador António Luís Rodrigues:

Relativamente ao PDM informou que o que foi trabalhado até ao momento, foi o Relatório do Estado do Ordenamento do Território e o diagnóstico da actual situação do território no concelho de Alcochete.

Mais informou sobre a calendarização que tem sido seguida.

Esclareceu ainda as questões levantadas acerca do Plano de Pormenor do Núcleo Turístico da Barroca d'Alva.

- Luís Rodrigues:

Agradeceu a intervenção do Vice-Presidente da Câmara e afirmou que não entendeu o juízo negativo que o Presidente da Câmara fez do documento apresentado.

Lembrou ao Presidente da Câmara que, quando o mesmo foi deputado desta Assembleia, também ele apresentava as mesmas queixas.

Por último, solicitou que a leitura do documento não fosse entendida como um ataque gratuito só porque o Presidente da Câmara está no poder e ele na Oposição.

Disse ainda, que o PS coloca questões, dado a Assembleia Municipal ser um órgão fiscalizador.

ACTA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da acta em minuta, a qual após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 23:50horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente acta que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

Acta nº 04/07

Sessão de 07.09.26

O PRESIDENTE:

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO